

# INFLUÊNCIA DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA-PR

Isabella Araujo Marks

## Resumo Ampliado

As avaliações em larga escala tornaram-se centrais nas políticas educacionais, muitas vezes tratadas como a própria política pública, com destaque para o Pisa, da OCDE. Oliveira (2020) aponta que o Pisa não é apenas um exame, mas um instrumento de regulação do conhecimento, difundindo a lógica do capital humano por meio da “governança por números”, que “reduz a indicadores numéricos realidades sociais e culturais variadas e complexas” (p. 82). No Brasil, essa influência levou à criação do Ideb em 2007, consolidando a política de *accountability* ao ser incluído na meta 7 do PNE 2014-2024 (BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015).

Críticos como Freitas (2007, 2016) e Paro (2011) alertam para efeitos negativos, como ranqueamento de escolas, estreitamento curricular e exclusão de estudantes. Já Horta Neto, Junqueira e Oliveira (2016) reconhecem que as avaliações podem contribuir para o diagnóstico da rede, desde que não sejam o único critério de qualidade. Para isso, defendem um sistema mais amplo de indicadores, como os integrados ao SINAEB, que consideram fatores socioeconômicos e gestão escolar.

Uma pesquisa do Inep, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, mostrou que 41% dos municípios possuem avaliações próprias, enquanto 21% planejam desenvolvê-las (BAUER et al., 2015). No entanto, apenas 7,5% criaram indicadores semelhantes ao Ideb, e poucos consideram fatores como o Nível Socioeconômico (NSE), ignorando a relação histórica entre origem social e desempenho escolar (BROOKE; SOARES, 2008).

Nesse contexto, este estudo analisa um município brasileiro que, desde 2018, implementou sua própria avaliação em larga escala, a Prova Curitiba, e criou um indicador próprio para medir a vulnerabilidade da rede de ensino. Diferente da lógica que reduz qualidade a desempenho, a proposta do município busca evidenciar vulnerabilidades e desigualdades, fornecendo subsídios para a construção de políticas públicas mais equitativas.

Curitiba, capital do Paraná, possui 1.773.718 habitantes (Censo, 2022) e está entre as cinco capitais mais ricas do país (CARVALHO, 2014). Entretanto, a desigualdade social é evidente, com um Coeficiente de Gini de 0,55, segundo pesquisa do Gemaeco/UFPR, Nesde - UFPR e Kurytyba Metr pole. Essa desigualdade impacta o acesso educacional, afetando principalmente estudantes de baixa renda (BROOKE; SOARES, 2008).

Para enfrentar esse cenário, a gestão de Gustavo Fruet (2014) introduziu o conceito de equidade educacional, criando o Projeto Equidade na Educa o (PEE) em 2015 (ROBALLO; ALMEIDA, 2021). O projeto selecionou 47 escolas com base em indicadores socioeconômicos e educacionais, priorizando as mais vulneráveis (CURITIBA, 2015). As variáveis do indicador socioecon mico incluíram renda per capita, taxa de analfabetismo e percentual de estudantes beneficiários do PBF. J  o indicador educacional considerou o Ideb, taxa de aprova o e proficiências na Prova Brasil em língua portuguesa e matemática.

Apesar do equilíbrio entre variáveis sociais e pedagógicas, o uso simultâneo do Ideb e das proficiências gerou redundância, evidenciando a centralidade das avalia es em larga escala. Em pesquisa sobre a implementa o do PEE (2015-2016), Souza (2017) destacou que a eleva o da nota do Ideb foi percebida como sin nimo de maior equidade. Embora o projeto tenha potencial para combater desigualdades, a pesquisadora alertou para sua fragilidade a longo prazo, caso houvesse cortes de recursos humanos e materiais, especialmente diante das mudanças de governo a partir de 2016.

Em 2017, com a elei o do prefeito Rafael Valdomiro Greca de Macedo, filiado ao Partido da Mobiliza o Nacional (PMN)   época, o projeto passou a se chamar “Projeto Equidade: transformando realidades”, ampliando o atendimento para 37 escolas e 37 CMEIs (Centros Municipais de Educa o Infantil). Em 2021, um novo processo de avalia o, com parâmetros atualizados, resultou na incorpora o de novas unidades, ampliando o atendimento para 50 escolas e 50 CMEIs. A partir desse momento, o programa recebeu o nome de LEIA+ (Liga pela Equidade, Igualdade e Alfabetiza es), passando a atender 72 escolas e 72 CMEIs, ainda sob a gestão de Rafael Greca, que então estava filiado ao PSD (Partido Social Democrático).

Apesar da expansão do projeto, a administração municipal implantou, desde 2017, políticas de austeridade fiscal que impactaram o financiamento de políticas sociais, como educação e saúde, afetando diretamente a remuneração docente (SILVA; CRUZETTA, 2019). Essa mudança de nome parece sugerir uma ênfase maior em “leitura e alfabetização”, levantando a hipótese de que houve maior valorização dos resultados das avaliações em larga escala. Documentos do programa indicam um incremento de 10% no Fundo Rotativo das escolas, a ampliação da oferta de profissionais e formações, além do desenvolvimento de projetos como o LEIA+ Esportes, em parceria com a Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), que oferece atividades esportivas no contraturno escolar, e o Projeto de Apoio Pedagógico LEIA+, voltado a estudantes com dificuldades em matemática e alfabetização. Esse projeto disponibiliza uma professora extra nos turnos da manhã e da tarde, para atender pequenos grupos. É importante destacar que o aporte de 10% no Fundo Rotativo e a contratação de duas professoras por unidade já faziam parte da versão inicial do projeto Equidade (Curitiba, 2021).

O processo de definição das unidades pertencentes ao Programa LEIA+ foi realizado a partir de dados estatísticos de cada comunidade escolar, englobando questões sociais, financeiras, pedagógicas e da complexidade de gestão de cada unidade da RME, a partir da criação de um indicador educacional próprio, denominado IVC (Indicador de Vulnerabilidade Curitiba), conforme o quadro abaixo:

#### **QUADRO 1 – VARIÁVEIS DO INDICADOR DE VULNERABILIDADE – CURITIBA, 2023**

- **V1:** Saeb 2021 – Proficiência Matemática (INEP/MEC)
- **V2:** Saeb 2021 – Proficiência Língua Portuguesa (INEP/MEC)
- **V3:** Prova Curitiba – % abaixo do básico em Matemática (SME)
- **V4:** Prova Curitiba – % abaixo do básico em Língua Portuguesa (SME)
- **V5:** % Beneficiários Auxílio Brasil 2022 (Sistema Presença/MEC)
- **V6:** Taxa distorção idade-série (anos iniciais) 2021 (INEP/MEC)
- **V7:** Índice socioeconômico 2022 (SME)
- **V8:** Nº de matrículas 2022 (SME)
- **V9:** Taxa de notificações de violência 2022 (SINAN/MS e SME)
- **V10:** Ficha de Comunicação de Estudante Ausente (FICA) 2022 (SME)

Fonte: Curitiba, 2023; Bacila et al., 2023.

Observa-se que quatro das dez variáveis do indicador derivam de avaliações em larga escala, destacando-se a Prova Curitiba, que mede o percentual de estudantes abaixo do nível básico. Esse dado é essencial para identificar os alunos em maior desvantagem e orientar ações que elevem a proficiência dos que apresentam maiores dificuldades, evitando práticas que aumentem desigualdades. Conforme Crahay (2007), um sistema educacional equitativo gera maiores ganhos para os estudantes “fracos” do que para os “fortes”.

Segundo o Programa LEIA+ (Curitiba, 2023), o índice de cada escola foi obtido por meio da média aritmética de variáveis classificadas em decis, de 0 (melhor situação) a 10 (pior situação). Essa análise permitiu diagnosticar desigualdades na RME, pois “a investigação em educação pode ajudar a desmascarar os mecanismos geradores de desigualdades e contribuir para conceber dispositivos mais igualitários” (CRAHAY, 2000, p. 33). O Indicador de Vulnerabilidade das Escolas (IVC) em Curitiba apresenta grande disparidade, variando de 0,8 (baixa) a 9,3 (extrema), evidenciando desigualdades intra e extraescolares. Mesmo com mudanças de governo e critérios de cálculo entre 2015 e 2023, duas regionais continuam destacando as desigualdades territoriais (Curitiba, 2023).

As avaliações em larga escala tiveram um impacto significativo nas políticas educacionais, revelando tanto suas limitações quanto seu potencial. O caso de Curitiba ilustra como a criação de um indicador próprio, o IVC, buscou superar a lógica reducionista do desempenho, priorizando a identificação de vulnerabilidades e desigualdades. Contudo, a centralidade das métricas numéricas persiste, reafirmando a importância de políticas que articulem dados quantitativos com contextos sociais, visando efetivamente à equidade educacional.

## **Referências**

- BAUER e HORTA NETO. (coord.) Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização das iniciativas em curso: relatório final: resultados do survey : volume I. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- BROOKE, N.; SOARES, J. F. Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CRAHAY, M. Qual pedagogia para aos alunos em dificuldade escolar? Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 181–208, 2007.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Coordenadoria de Equidade, Famílias e Rede de Proteção. LEIA +: Liga pela equidade, igualdade e alfabetizações. Curitiba: SME, 2023.

CURITIBA. Qualidade e Equidade na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: informações e produção de conhecimentos para a prática pedagógica / Secretaria Municipal da Educação-Curitiba, 2015.

HORTA NETO, J. L.; JUNQUEIRA, R. D.; OLIVEIRA, A. A. Do Saeb ao Sinaeb: prolongamentos críticos da avaliação da educação básica. Em Aberto, [S. l.], v. 29, n. 96, p. 21-37, 2016.

OLIVEIRA, Dalila. Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis: Vozes, 2020.